

A VILA E O CORONEL: MEMÓRIA E PODER LOCAL NA VILA DE CABEÇAS – BAHIA (1920-1962)

Luis Carlos Borges da Silva
Colégio Estadual Professor Edgard Santos – Governador Mangabeira – Bahia
borgeslc@hotmail.com

1- RECÔNCAVO FUMAGEIRO: UM BREVE PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL

As produções historiográficas acerca do Recôncavo Fumageiro, ainda são mínimas, principalmente no sentido de tentar entendê-lo como um espaço construído historicamente a partir de uma fisionomia própria, não apenas vinculado à tradicional concepção de Recôncavo Açucareiro, pois por volta do século XVI, “o cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões circunvizinhas e, em certa medida, também em Maragogipe, uma organização social e econômica distinta no Recôncavo”. (SCHWARTZ, 1999, p.85)

Do ponto de vista do espaço físico, a historiadora baiana Elizabete Rodrigues, assim definiu o Recôncavo Fumageiro:

(...) esta região estendia-se de Maragogipe a Santo Antonio de Jesus. Nestes limites, destacam-se as cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba, interligadas pela antiga BA 02. Seguindo o curso do Rio Paraguaçu, a sua margem direita é ligada a Cachoeira pela Ponte D. Pedro II, que encontra do outro lado o rio a cidade de São Félix e subindo a escarpa da falha, chega-se a cidade de Muritiba e, a seis quilômetros após, o Distrito de Cabeças (Governador Mangabeira – município criado em 1962). (2001, p.18)

Foi exatamente neste espaço que a partir do século XVI, teve início a produção de tabaco no Brasil, fenômeno que se registrou em função de aspectos climáticos, mas que propiciou lucros elevados para a coroa portuguesa. Neste contexto geográfico de produção, já se encontrava a área da Vila de Cabeças. Isso pode ser observado em um dos trechos do Livro Segredos Internos do historiador Stuart Schwartz, quando ele cita a Paróquia de São Pedro da Muritiba, pois antes de se transformar em cidade, Cabeças era controlada pela administração da referida paróquia:

(...) apenas o fumo conseguiu um lugar ao lado do açúcar no Recôncavo. Os solos de areias eram considerados impróprios para a cana, mas com cuidados adequados, especialmente o uso de esterco de gado, podiam ser aproveitados para produzir fumo. Nos campos ao redor da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo, onde se localizariam mais tarde as paróquias de Água Fria, Santo Estevão de Jacuípe e São Pedro do Monte de Muritiba, pequenos agricultores iniciaram a produção de fumo por volta da segunda década do século XVII. (1999, p.84)

Nesse contexto de produção e beneficiamento do tabaco, apreço com um elevado grau de significância os armazéns de fumo da Vila de Cabeças, a partir da década de 1910, em especial do coronel João Altino da Fonseca, um dos primeiros trapicheiros da vila, que também exportava fumo para a Alemanha, como afirma o Senhor Efraim Fonseca (2003): “Ele exportava fumo até para Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. Por ano era mandava mais de 50.000 arrobas de fumo para os estrangeiros”.

Esse tipo de atividade fez com que a Vila atingisse um grau de desenvolvimento econômico, principalmente nas décadas de 20 a 50, levando ao surgimento de novos armazéns e de comércios de bebidas, alimentos e tecidos. Este crescimento foi tão evidente que o escritor muritibano Anfilofio de Castro, em 1941 (p. 41), assim descreveu a Vila: “Cabeças, dá-lhe vida o seu comércio de fumo, de grande vulto, e o de portas abertas, com armazéns de secos e molhadas, padaria, farmácia e lojas de fazenda. Tem agência postal e três escolas de ensino primário”.

A dependência da população em relação à produção e beneficiamento do tabaco gerou uma massa de explorados, pessoas que eram submetidas aos caprichos dos donos de fazendas ou de armazéns. Quando não vendiam sua mão-de-obra, recebiam ajuda financeira do patrão para produzir o fumo na sua propriedade, pagando o custeio com a própria produção, sobrando apenas valores para comprar um objeto para a casa. A respeito desta relação Costa Pinto, estabeleceu três tipos de trabalhadores:

Renda-trabalho, quando a parceria consiste em o proprietário ceder a terra em troca de alguns dias de trabalho na semana, em que o lavrador é obrigado a trabalhar nas lavouras do proprietário:

Renda-produto, neste caso, desobrigado de dar dias de trabalho gratuito ao proprietário, o lavrador entrega-lhe uma parte a terça ou a meia- do que ele produziu como preço do aluguel da terra;

Renda-dinheiro, quando o aluguel da terra é pago tão-somente em dinheiro. (1999, pp. 124 -125)

Outro aspecto a ser considerado como relevante no contexto da história socioeconômica do Recôncavo Fumageiro, é a presença do tipo humano do Tropeiro. Este era o responsável em abastecer a região com mercadorias oriundas de outros centros comerciais, bem como transportar em lombo de animais para o porto da cidade de Cachoeira os fardos de tabaco beneficiados em locais como Cabeças e Muritiba, para serem exportados para a Europa. Um burro pegava dois fardos de 75 quilos. Os tropeiros tiveram sua origem no Brasil Colônia, em função das dificuldades para transportar mercadorias de uma região para outra, mais especificamente com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, a partir do século XVIII, posteriormente se espalhou por outras regiões do país, inclusive o Recôncavo Baiano. A respeito dos tropeiros o famoso historiador, Caio Prado Júnior assim escreveu:

mais interessante é o caso das tropas. Seu proprietário é o tropeiro, homem às vezes de grandes recursos e senhor de muitas tropas empregadas no transporte. Os trajetos são prefixados com datas de chegada e partida, bem como tabelas estabelecidas de fretes. Uma empresa, enfim, regularmente organizada. Cada tropa compõe-se de 20 a 50 animais, sob a direção geral do arrieiro (1994, p. 261)

Dentro dessa concepção da origem dos tropeiros, vale ressaltar que vários historiadores, escreveram acerca da ligação desses homens com o Recôncavo Fumageiro, a partir de uma estrada que ligava a região das Minas Gerais a cidade de Cachoeira, sendo que era por ela que os tropeiros passavam, às vezes estabelecendo pousadas em fazendas da região, contribuindo mais tarde para o povoamento do Recôncavo Fumageiro. Dentre essas povoações aparece a da Vila de Cabeças. Tanto é, que alguns memorialistas associam este nome a uma chacina feita a tropeiros, fato que analisaremos no próximo item. Sobre a referida estrada, o historiador Luis Vilhena, assim a descreveu:

Saem da vila da Cachoeira diferentes estradas, o que concorre muito para fazê-la famosa, pois que todas as minas e sertões se vêm dar àquele porto. A estrada que sai por São Pedro da Muritiba estende-se até Minas Novas, Rio de Contas, Serro Frio e todas as minas gerais, até que circulando vai sai ao Rio de Janeiro (1969, p. 483)

Fica claro, que o Recôncavo fumageiro, tinha sua identidade econômica e social. A produção de fumo fez com que esta região alcançasse destaque internacional. Na mentalidade dos seus moradores estavam impregnados os sonhos de riqueza a partir das

folhas desta planta. É neste contexto geohistórico que a vila de Cabeças ganhou destaque, principalmente pela efervescência econômica que gerava a produção e beneficiamento do tabaco, a ponto de nela residir um dos homens mais ricos do vale do Paraguaçu, o coronel João Altino da Fonseca. A fisionomia da vila aspirava o cheiro do tabaco, o vai e vem das pessoas se confundia com fardos de fumo, os cantos e danças que se concretizavam tinham o verde do fumo, enfim, até as obras públicas eram realizadas pelo impulso da “jóia do Recôncavo” – o tabaco.

2- A ORIGEM DO NOME CABEÇAS

É nesse contexto de produção de tabaco e do desenvolvimento do tropeirismo, que nasceu em 1881, pela lei provincial número 2149, o distrito de Paz das Cabeças, pertencente ao município de Cachoeira, mas a partir de 1889, Cabeças passou a pertencer a São Félix, pois neste mesmo ano através de um decreto assinado pelo Governador do Estado da Bahia, Dr. Manoel Vitorino, foi criada a cidade de São Félix, a primeira vila constituída no Estado da Bahia no regime Republicano. Já em 1919, com a transformação de Muritiba em cidade, Cabeças, passou a ser distrito desta cidade, permanecendo nesta condição até 1962, quando alcançou sua emancipação política.

A origem do nome Cabeças está muito vinculada ao imaginário popular, possuindo versões diferentes nas reminiscências dos seus habitantes, ou por que não dizer, uma espécie de “invenção de tradição”, que demorou mais de um século para ser modificada, mas usando argumentos do historiador inglês Hric Hobsbawn, deve-se considerar que:

A invenção de tradição é essencialmente um processo de formalização e ritualização, característico por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos símbolos e rituais são criados. (1997, p.12)

Fundamentado neste referencial de Hobsbawn, evidencia-se a primeira concepção acerca da questão discutida. Esta nasceu de um memorialista erradicado em Cabeças, o senhor Antonio Pereira da Mota Júnior, quando afirmava que:

Era, então esta região rara habitação e múltiplos perigos, quando os raios de certa manhã, ao levantar o manto da noite que findava, chocaram-se e estremeceram-se de espanto ao descobrir os olhos esbugalhados, das cabeças humanas enfiadas em pontas de estacas! Era o banditismo

em ação! Era a época do bacamarte traiçoeiro! Era a época das chacinas por encomendas! Ai mesmo, ao lado, no leito da via pública, jaziam os corpos decapitados. O trecho, local, não tinha, até então, segundo parece, nenhuma denominação, visto que, o escabroso acontecimento figurara aos olhares assustados dos transeuntes às pontas das estacas dando o nome daqueles cofres de pensamento, ali trancados para eternidade, pelo chumbo quente, como legado, até o dia 14 de março de 1962. (1962, p. 02)

Por esta concepção fica claro que o nome Cabeças, está ligado a ideia de uma morte por encomenda, em função de possíveis discórdias entre um senhor de terras e pessoas que por aqui passavam, uma vez que existia uma estrada imperial que cortava a Vila. Nota-se, também no trecho escrito pelo memorialista, o fato de a denominação do local ser marcada pelo sentimento sanguinário, como forma de imposição de um poder econômico e social, transparecendo a imagem de que neste território a desordem não tinha espaço e o fato de as Cabeças serem colocadas nas pontas das estacas, seria um exemplo para aqueles que desrespeitassem as ordens de alguém com certo grau de superioridade econômica.

A opção que o memorialista apresentou para a origem do nome Cabeças deve ser incorporada na concepção da construção de uma memória, pois é evidente a seleção do que ele apresentou para configurar sua ideia, não esquecendo que o mesmo era um fazendeiro de grande prestígio na Vila, era considerado um homem letrado, chegou a ser vereador e tinha interesse que suas ideias tornassem algo consolidado no imaginário popular, uma notória construção de uma tradição, narrativa que até hoje é concebida na cidade.

Outra abordagem para a origem do nome Cabeças foi elaborada pela professora e memorialista Angelita Gesteira Fonseca, que assim como Antonio Mota, condicionou sua narrativa a elementos sanguinários:

em ocasião, em determinado ponto da estrada dos portugueses, foram encontradas três cabeças humanas, enfiadas em estacas. Tudo indica que as três cabeças eram de portugueses, bandeirantes – talvez até de jesuítas, quem sabe? – ali colocadas por índios. Ficou aquele lugar chamado pelos transeuntes de Cabeças, o que faz crer que ali era uma estrada de bandeirantes e até pousada de jesuítas, e era uma estrada mater. (2000, p. 33)

O enfoque apresentado pela professora possui uma conotação histórica mais evidente, pois são incorporados elementos econômicos presentes na região do Recôncavo entre os séculos XVIII e XIX, principalmente o uso do território da vila de Cabeças como ponto de descanso, uma vez que muitos tropeiros por aqui passavam para levar mercadorias até o porto da cidade de Cachoeira. Além de existir uma estrada que

ligava esta região à área das Minas Gerais, cuja descoberta foi fruto do trabalho dos bandeirantes durante o século XVIII, ficando desta forma a referida artéria como ponto de ligação entre o Recôncavo Baiano e às Minas Gerais.

Apesar deste enfoque com elementos históricos, a professora Angelita, não deixou claros os fatores da existência das Cabeças em pontas de estacas, apenas cita que as mesmas eram de bandeirantes ou jesuítas. Esta argumentação, também está centrada em visões do imaginário popular.

Diferente das duas versões anteriores aparece a do senhor Sebastião Pereira Santos. Com seus 100 anos de idade, ainda muito lúcido, nascido no próprio distrito de Cabeças, ele menciona o seguinte argumento para a origem do nome Cabeças:

o povo naquela época pegou esse nome de Cabeças, foi de um caso que apareceu ladrões de cavalo do sertão, que fizeram rolo pelos animais e pousaram na Beira da Barragem antigamente, e tinha uma Mata Pomonar, que era a Mata da Catuaba, eles pousaram na Mata, vieram os cangaceiros em procura deles, encontraram, aí mataram os ladrões e trouxeram as três cabeças e enfiaram em pontas de estacas. Foram embora e deixaram as Cabeças ai, então ficou o nome Cabeças. (Depoimento em 2003).

A versão apresentada pelo senhor Sebastião, também esta carregada de símbolos do imaginário popular. Apesar de o cangaço ser um fenômeno social rural, a historiografia até hoje apenas o concebe como uma pratica mais desenvolvida no semi-árido nordestino, sem fazer relações do mesmo com a região do Recôncavo. Porém, o recorte da memória do senhor Sebastião, não descarta a ligação do nome Cabeças a uma chacina, assim como Antonio Mota e Angelita Gesteira.

Na verdade o nome Cabeças é fruto de uma invenção de tradição, pois até hoje não se conseguiu evidenciar o verdadeiro sentido do mesmo. Claro, que as versões citadas neste trabalho, caminham pela ótica das chacinas, mas não possuem argumentos sólidos que justifiquem tal ideia. Também, não se deve menosprezar os argumentos econômicos apresentados nas citadas justificativas. Não seria lógico, fechar questão acerca deste fato, pois as ideias mencionadas têm seu valor e não estão desvinculadas de conotações históricas, bem como, a noção de memória deve ser respeitada na construção de uma narrativa histórica, não como algo estanque, mas que está sendo sempre reconstruído de forma coletiva ou individual, como deixa claro o historiador Antonio Torres Montenegro:

(...) a memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se desloca e passa a operar através de uma dimensão onde motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção do quadro. (1994, p. 19)

Evidentemente, que a versão ligada ao fenômeno histórico do tropeirismo, aparece com um grau de significância maior do que das outras, muito em função do trajeto que os tropeiros realizavam de Minas Gerais até o Recôncavo, como forma de abastecer a região e de enviar alguns produtos para a cidade de Salvador, através de alguns portos que se situavam em cidades como Santo Amaro, Maragojipe, Cachoeira e Nazaré das Farinhas, mas os argumentos ligados aos bandeirantes e ao cangaço não devem ser descartados. A essência desta questão, não é apenas o fundamento de suas origens, mas como o imaginário popular conseguiu absorver diversas imagens acerca desse fenômeno, construindo uma simbologia que ultrapassou gerações e que até hoje traz inquietações científicas e culturais.

3- O CORONEL JOÃO ALTINO DA FONSECA

Nascido em 1883 no povoado das Cabeças, naquela época cidade de Cachoeira, filho de Aprígio Cândido Fonseca e Maria das Neves da Fonseca, João Altino da Fonseca, era o mais novo dos dez irmãos. Casou-se em 1903 com Clementina Gesteira Brandão. O casal não teve filhos, mas ele costumava brincar com seus sobrinhos dizendo: “quando Deus não manda filhos, o diabo manda os sobrinhos”, dos quais cinco foram sustentados por ele. Isso se dava muito em função do poder aquisitivo que o coronel Fonseca tinha, pois este investimento poderia mais tarde ter um retorno econômico para ele, uma vez que esses parentes podiam exercer alguma atividade comercial em sua empresa. Como foi o caso de Angelita Gesteira, que estudou no colégio interno Sagrado Coração de Jesus, em Salvador e mais tarde se tornou professora em Cabeças, educando assim filhos de seus trabalhadores, bem como do outro sobrinho Carlindo Fonseca, que veio de Salvador para administrar os negócios do tio.

Aproximadamente em 1910, João Altino, passou a desenvolver a atividade de comerciante de tabaco, possuindo um dos armazéns mais famosos da região do Recôncavo. Sua empresa – João Altino Exportadora de Fumo fazia o beneficiamento e

exportava para Alemanha anualmente mais de 50 mil arrobas do produto. O fumo que ele exportava era bom e registrou uma marca que ganhou conceito internacional: Clementina. Possuía um contingente de mais de 100 empregados, tanto do sexo masculino como feminino. Os lucros com a exportação eram enormes, propiciando um acúmulo de capital extraordinário para Altino, ao passo de ser considerado como o homem mais rico do vale do Paraguaçu, como cita o memorialista Efraim Fonseca:

ele exportava fumo até para Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. (...) Ele montou a firma dele, vendia direto e negociava direto. Agora, ele era homem de poucas letras, mais ele tinha cabeça comercial muito grande. Tornou-se o homem mais rico do vale do Paraguaçu. (Depoimento, 2003)

Esta riqueza era de impressionar qualquer bem sucedido industrial da mais evoluída cidade brasileira daquela época. Um dos seus sobrinhos, Israel Nunes Fonseca, usando do instrumento eficaz da memória, assim definiu o seu patrimônio:

João Fonseca era rico mesmo. Tinha um chalet em Cabeças, uma fazenda por nome Canta Galo, duas fazendas de pecuária: Brioso e Lagoa Pequena, nas margens do rio Paraguaçu, outra fazenda perto de São Félix, uma casa na rua da Independência n.º 7, depois outra na mesma rua n.º 5, 1 casa em Itapagipe – Salvador, todas estas casas com tudo que precisava para morar. (Carta ao Irmão Efraim, 2002)

Fica claro, que João Altino era um homem de visão comercial privilegiada, tanto é que na década de 1940 passou a residir em Salvador, como forma de estar mais próximo dos contatos comerciais, buscando assim maior dinamismo para sua empresa. Porém, não abandonou Cabeças, sempre que podia vinha repousar na sua fazenda Canta Galo ou no seu pomposo chalé no centro da Vila. Instalou um telefone na sede de sua empresa para fazer contato principalmente com Salvador. “O telefone era um daqueles à manivela. Ele montou um posto no Distrito de Cabeças e eu fui a primeira telefonista. Minha função era dar e receber recados e atender telefonemas e chamar pessoas que iriam receber as ligações”, afirma dona Rosália Barbosa (2003), que aos doze anos já trabalhava nesta função, sendo a primeira telefonista da Vila.

Com um poder econômico altíssimo, Altino desfrutou das mais elevadas regalias permitidas a um homem de sua classe social. “Gostava muito de passear. Conhecia o mundo inteiro, Alemanha, França”, menciona dona Rosália na sua fala (2003) Apaixonou-se por Paris, várias vezes esteve por lá com sua mulher e seu interprete. Isso mostra, que mesmo em Cabeças os sonhos da Belle Époque, também existiram, pois

visitar Paris, representava a incorporação da ideia de civilizado, do glamour, do moderno. Este foi um fenômeno muito difundido no Rio de Janeiro, principalmente nas primeiras décadas do século XX, cidade que Altino, também visitava muito e provavelmente criou este gosto por Paris:

Depois de uma permanência de 3 meses no Rio de Janeiro, onde foram gozar das águas Le Caxambu, regressaram a esta cidade, chegando no dia 30 passado, o coronel João Altino da Fonseca, conceituado capitalista da nossa Praça e sua consorte e Exm.^a Sra.^a D. Clementina Gesteira Fonseca. (Jornal A Defesa, 1929)

Em uma dessas viagens para a França, por volta de 1937, ele trouxe para a Vila um carro novo, um chevrolet BUICK OVERLAND, como cita Efraim Fonseca (2003): “O automóvel chegou ao porto de Cachoeira, embalado em uma caixa de madeira e depois de muito trabalho de força os homens conseguiram colocá-lo em terra firme. Todos tomaram um susto, quando viram aquele carro sair da caixa de madeira”. Mas, um problema enfrentado por Fonseca, foi a falta de uma estrada que ligasse sua fazenda Canta Galo ao centro da Vila. De imediato ele mandou que fosse construída essa estrada. Além do carro, importou da Alemanha um piano para sua esposa tocar. As suas casas possuíam geralmente mobílias importadas da Europa, fato comprovado na carta do senhor Israel Fonseca:

(...) Este chalé era a casa mais bonita e bem mobiliada da Vila. Tinha até tapetes persas. (...) Comprou, também uma casa em Itapagipe para fim de semana e descanso da vida de cidade agitada, nesta casa de veraneio tinha tudo que era necessário para chegar e usar – mobílias italiana, serviço de som chinês, cristais da Alemanha. (2003)

Neste aspecto percebem-se os símbolos criados pelos coronéis para manter suas estruturas de poder. O carro, o piano, as mobílias, além do sentido de civilização, aparecem como um elemento de dominação e de demonstração de superioridade entre o coronel e seus dominados. A produção de um imaginário de poder, representações elaboradas para o sustento de um status. A verdadeira materialização de normas de controle, não a base do castigo, mas pelo requinte de objetos suntuosos.

Entretanto, a visão de modernidade de Altino, não se resumia apenas aos bens materiais. Ele, também enquadrou o espaço da Vila neste “processo civilizador” , quando na década de 1940 custeou a instalação de energia elétrica:

Se Cabeças hoje tem luz elétrica agradeça a João Fonseca, que desviou o projeto passando pela Vila, era na ocasião o engenheiro Dr. Gastão Pedreira que comandava o sistema de luz e força, com sede em Cachoeira. O traçado passava por fora de Cabeças. Quando ele João Fonseca, passou pela estrada percebeu que Cabeças estava fora do traçado: mandou parar o traçado e se dirigiu para Cachoeira, procurou o Dr. Gastão, que disse: para passar por Cabeças tem um acréscimo de tantos postes e tantos metros de fio elétrico. João Fonseca, mandou fazer os cálculos e custos, contanto que Cabeças tivesse luz elétrica. O orçamento custava 49 mil reis, João Fonseca imediatamente pegou o talão de cheque e preencheu 50 mil reis. O Dr. Gastão disse que era 49, ele respondeu que tudo estava bem e foi acompanhado por um funcionário da Cia para dizer a empreiteira que fizesse a nova marcação passando a luz por Cabeças e, foi feito e tivemos a luz elétrica. (Israel Nunes, Carta ao Irmão Efraim, 2002)

Nota-se a preocupação em não deixar a Vila fora do traçado da rede elétrica, fato que também o beneficiaria do ponto de vista comercial, uma vez que poderia instalar na sua empresa máquinas movidas a eletricidade, porém o seu gosto requintado, não se conteve apenas em custear o novo projeto da rede de energia, ficou abismado quando soube que os postes seriam de ferro, imediatamente usou seu prestígio político e econômico e fez um acordo com o prefeito de Muritiba, coronel Geraldino e emprestou o dinheiro a prefeitura para colocar os postes de cimento, sendo que a quantia seria descontada nos impostos pagos por sua empresa:

(...) então ia botar luz aqui em Cabeças, botar os postes de trilho de bonde, ai ele achou feio. Não Geraldino, vamos botar de cimento, mas Geraldino disse: coronel João Altino, a prefeitura não tem condições, mas eu empresto. Empréstou o dinheiro a prefeitura para fazer os postes de cimento, ai botou energia com o dinheiro emprestado de João Altino da Fonseca. (Efraim Fonseca, Depoimento, 2003)

Altino, realmente incorporava esta visão de civilização. “Era uma pessoa que andava bem vestido, paletó de linho, chapéu de aba. Fumava muito. O cigarro preferido dele era hastoria e até o Iolanda azul”, afirma Dona Rosália (2003). A sua esposa Clementina não ficava por menos, como cita dona Risoleta em seu depoimento (2003): “era vaidosa, toma injeção nos pés para manter-se na moda, pois na época existia um sapatinho todo furadinho na frente, quem tivesse o pé bem gordinho ficava estufadinho, ficava bonitinho, circuladinho”.

Essa visão do moderno, também esteve presente em suas relações com a Igreja Católica. A Vila não possuía um templo de boa visão estética, ele financiou parte da construção de outro com uma arquitetura mais avançada. Havia uma preocupação de civilizar o espaço do sagrado, incorporando novas formas, símbolos e aparências. Esta argumentação fica clara em um dos trechos do livro da professora Angelita Gesteira:

de certa ocasião, João Altino da Fonseca, bem novo ainda, liderou um movimento para desmanchar aquela pequena capela e construir uma Igreja nova, maior e melhor. O povo se animou e confiou no apoio financeiro de João Altino e de sua esposa Clementina. Todos os habitantes do arraial se empenharam no trabalho. (...) Na construção da Igreja as maiores despesas eram de João Altino. Depois da Igreja pronta, João Altino ofereceu um órgão. (2000, pp. 52-53)

O espaço do sagrado era um instrumento valioso para os coronéis legitimarem seu poder, a relação com a Igreja era muito familiar. O padre era geralmente alguém de confiança e entre eles estruturava-se um jogo de favores. O padre fazia a vontade do coronel, por sua vez este doava sempre aquilo que a Igreja precisava. Era um forte mecanismo para a legitimação de um poder local, mantendo-se assim uma rede de favores e clientelismo, mesmo que necessário fosse a manutenção de um estado social de exploração e pobreza. Por esta ótica, o poder coronelístico ultrapassava as teias da organização agrária, pois “sobre toda pequena sociedade desce seu véu “protetor” o chefe da estação, o telegrafista, o tabelião, o pároco, o farmacêutico, o comerciante, o médico, o advogado sofrem, direta ou indiretamente, o jugo de seu prestígio”. (JANOTTI, 1992, p. 58)

João Altino, também como político conseguia impressionar. Em 1920 fez parte da primeira Câmara de Vereadores da cidade de Muritiba, posteriormente para qualquer pessoa se eleger como vereador pela Vila tinha que ter o apoio dele, bem como para prefeito de Muritiba. Tal assertiva era uma das características marcantes do coronelismo, pois o controle do poder político lhe propiciava crescimento econômico e prestígio social, influenciando nas decisões administrativas dos municípios e freando qualquer reação dos que eram considerados opositores às suas idéias, como fica claro nesta afirmação de Maria Isaura de Queiroz:

a oposição, para quem tinha eleitorado, era situação bastante difícil; os mandões locais continuavam, nos municípios, dominando administração, poder judiciário, polícia, câmara municipal; a oposição nem sequer podia votar, porque o processo eleitoral estando nas mãos da câmara ou do judiciário, era o mesmo que estar nas mãos do “coronel”. (1976, p. 163)

Outro aspecto relevante do coronel Fonseca, era o controle social da Vila. Tinha um grande contingente de pessoas sobre sua tutela, usando a prática do clientelismo e do paternalismo, subordinava às pessoas ao seu poder econômico e político. Exercia a verdadeira política dos favores, dando alimentos, roupas, remédios e até financiamento

de funerais. Isso fazia com que o povo tivesse uma visão de bondade dele, pois era fundamental assistir os anseios da massa de excluídos, como forma de mantê-la sempre submissa. Esta relação de Altino com o povo, ainda está viva nas reminiscências da memória de alguns dos nossos depoentes:

Quando ele estava aqui – coronel Fonseca, ninguém sofria nada, tratava todo mundo muito bem, o povo que trabalhava no armazém dele, ele agradava com roupas, fazia uma cestinha de alimentos, quando tava doente ele dava remédio. (Malaquias Ferreira, depoimento, 2003)

Quando João Fonseca estava na Vila era motivo de festa no arraial, chegava pro anoitecer e pela manhã sua casa já estava cheia de gente. (...) Nos fins de ano João Altino, costumava matar um boi do seu rebanho, podia ser o maior boi e o mais caro que tivesse, ele mandava matar para distribuir com seus conterrâneos mais necessitados. (...) Quando ele vinha de Salvador, ele já trazia cobertor, capote, corte de pano, pra dar a essas pessoas. (Rosália Barbosa, depoimento, 2003)

João Fonseca, pra doença não precisava ninguém melhor. Ele não queria ver ninguém sofrer. Internava em São Félix, em Salvador. Se há necessidade ele encaminhava. Fez favor muito para as pessoas. Eu mesmo estive doente desta perna, ele cansou comigo pra me internar em Salvador e eu não quis ir, ele mandou médico na minha casa. Ele mandou doutor Tancredo aqui, mandou médico pra mim. (Sebastião dos Santos, depoimento, 2003)

Esta ação paternalista era muito comum entre os coronéis, pois práticas deste tipo ajudavam a legitimar o seu poder social e econômico, fazendo com que as pessoas mais carentes ficassem sempre dependentes de seus favores, passando assim, a considerá-lo como uma pessoa caridosa, expressão assim enfocada por Janotti:

A esmagadora maioria da população rural sempre foi abandonada pelo poder público, ficando à mercê da autoridade discricionária daqueles que sempre dispuseram e usufruíram da posse da terra. Sobre os habitantes dos pequenos centros urbanos pesavam as mesmas condições gerais de violência que presidiram a sociedade rural. (1992, p. 42)

Outro aspecto fundamental nesta relação social, era a maneira como Altino se relacionava com os pequenos produtores de fumo, haja vista que, ele financiava toda a produção, emprestando dinheiro aos mesmos, até para outras necessidades e estes tinham que pagar com sua colheita, que muitas vezes só dava para honrar seus empréstimos, restando-lhe apenas uma quantia mínima para a sua subsistência. Acerca desta questão Victor Leal Nunes, menciona que: “É, pois, para o próprio ‘coronel’ que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições para outras necessidades”. (1997, p. 43)

O fenômeno da cordialidade foi bem incorporado por Altino. Ele chamava atenção com sua voz grossa, fazia questão de complementar todas as pessoas e manter-se em uma postura comportamental impecável, objetivando ser notado como um homem de prestígio, educado e que sabia tratar as pessoas, além do bondoso e caridoso. Essa cordialidade configurava-se como uma das maneiras eficientes de execução do seu mando, um mecanismo sutil de manipulação dos seus subordinados, um forte instrumento de controle social. Este fenômeno do “homem cordial” segundo Sérgio Buarque de Holanda, é o que marca a diferença entre os brasileiros e os outros povos.

Já se disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade. Daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, a virtude tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural. (1979, pp. 106-107)

Esta cordialidade de coronel Fonseca, está evidente em alguns trechos dos depoimentos dos nossos entrevistados: Eraim Fonseca (2003): “ele era muito humano, complementava todo mundo, não tinha racismo com ele. Todo mundo dizia: seu João, Coronel João Fonseca”. E Rosália Barbosa:

Lá na porta do telefone, onde ele ficava sentado constantemente, o pessoal passava e aí parava, ele perguntava: como é que vai? (...) Era uma pessoa que não discriminava ninguém, ele não tratava ninguém mal, que fosse pobre, preto, amarelo, índio, porque o tratamento que ele dava a um dava a todos. (Depoimento, 2003)

Por esta visão, fica claro, que não basta fazer apenas uma análise do poder econômico e político de Altino. Faz-se necessário visualizar toda uma simbologia criada para justificar seu prestígio como coronel. Isso pode ser observado em muitas de suas ações: o carro novo, a reforma da Igreja, a energia elétrica, as mobílias de suas casas, o tratamento com o povo, as viagens para Europa e outras. Evidencia-se a construção de toda uma ideologia forjada em elementos simbólicos, fato analisado pela recente historiografia, através do historiador Eric Hobsbawm no livro *A Invenção das Tradições*:

mais interessante, do nosso ponto de vista, é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas. (1997, p. 12)

Mesmo após a sua morte em 1957, o seu poder continuou a influenciar a vida na Vila, pois a família Fonseca, permaneceu com forte prestígio social e econômico. Basta lembrar que a padaria pertencia a Osvaldo Fonseca, a farmácia a Aurélio Fonseca e uma fábrica de charutos a Iaiá Fonseca, sem esquecer que das grandes extensões de terras, como é o caso de várias partes da atual cidade de Governador Mangabeira, pertenciam aos Fonseca, entre elas destacam-se a Praça Castro Alves e a Rua Wilson Falcão.

Portanto, este homem mostrou-se como alguém a frente do seu tempo, mesmo não sendo um letrado, mas por interesses econômicos ou não, tentou impulsionar o desenvolvimento da Vila através de várias ações citadas anteriormente, e que com certeza contribuíram para que em 1962, acontecesse a tão sonhada emancipação política de Cabeças, que passou a ser chamada de município de Governador Mangabeira, em homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira, sonho que Altino, não viu se concretizar.

FONTES

Orais

Malaquias de Cerqueira Ferreira, comerciante aposentado, vereador na época da Vila de Cabeças e candidato a prefeito na primeira eleição de Governador Mangabeira.

Efraim Nunes Fonseca (in memória) – representante comercial aposentado, sobrinho do coronel João Altino da Fonseca e memorialista da Vila de Cabeças.

Risoleta Carneiro Dias, dona de casa aposentada e mulher do senhor Gilberto Dias.

Rosália Pereira Barbosa, funcionária pública aposentada, foi telefonista de João Altino da Fonseca.

Sebastião dos Santos, funcionário de armazém de fumo aposentado, foi funcionário de João Altino da Fonseca.

Manuscritas

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Muritiba, livros: 03 a 05.

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Governador Mangabeira, livro: 01.

Carta ao Irmão Efraim – autor: Israel Nunes Fonseca – Arquivo Particular do senhor Efraim Fonseca.

Cartório de Registro Civil da cidade de São Félix, livro: 02.

Impressas

Arquivo Público da cidade de São Félix – Seção: Jornais.

CASTRO, Anfilofio de. Muritiba – **Sua História. Seus Fados**. Salvador. Tipografia Naval – 1941.

FONSECA, Angelita Gesteira. **Primórdios e Progresso da Cidade de Governador Mangabeira**, Gov. Mangabeira, S/E, 2000.

MOTA JÚNIOR, Antonio Pereira. **Chacina que deu Nome a Localidade de Governador Mangabeira**. Feira de Santana, Folha do Norte, 1962.

Textos – memórias da Vila de Cabeças – Arquivo particular de Efraim Fonseca.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Volumes: I e II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1994,

HOBBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. 2.^a ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 13.^a ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1979.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. Série Tudo é História. 8^a Ed. São Paulo, Brasiliense, 1992.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9.^a ed. São Paulo, Nova Fronteira, 1997.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**. São Paulo, Contexto, 1994.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias – 1889-1943**. São Paulo. Civilização Brasileira, 1979.

PINTO, L. A. Costa. **Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana**. In: BRANDÃO, Maria (org). *Recôncavo da Bahia – Sociedade em Transição*. Salvador, UFBA, 1997.

PRADO JÚNOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23.^a ed. São Paulo, Brasiliense. 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, fev. 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo, Companhia das Letras. 1999.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos: uma Atividade Feminina**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias**. Projeto História (15). Ética e História Oral. São Paulo,

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Vol. 02. Salvador . Itapuã, 1969.